



Anais da Assembléia

N.º 119

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE OUTUBRO DE 1982

ANO VIII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO SOLENE DE ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO DO PARANÁ, AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR

ARIEL FERREIRA DO AMARAL E SILVA

REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1982

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Paulo Camargo e Fabiano Braga Côrtes.

Às 15:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Romero Filho, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes, presentes inúmeras autoridades civis, militares e eclesiásticas e demais convidados.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão Solene de entrega do Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva.

Para receber e acompanhar até este recinto Sua Excelência o Sr. Dr. José Hosken de Novaes, DD. Governador do Estado e o homenageado, designo uma Comissão integrada pelos Srs. Deputados Erondy Silvério, Wilson Fortes e Fabiano Braga Côrtes.

Suspendo a Sessão por alguns instantes até a chegada de Suas Excelências.

(É suspensão a sessão).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está reaberta a Sessão.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a composição da Mesa:

Excelentíssimo Sr. José Hosken de Novaes, Governador do Paraná, Excelentíssimo Sr. Desembargador Alceu Machado, Presidente (em exercício) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Excelentíssimo Sr. Desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva, Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, Excelentíssimo Sr. Tenente-Coronel Luiz Ferreira Gomes Molinari, representante de Sua Excelência o Sr. Brigadeiro do Ar, João Felipe Brack, Comandante da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica; Excelentíssimo Sr. Professor Roberto Linhares da Costa, representante de Sua Excelência o Sr. Professor Alcy Ramalho, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná; Excelentíssimo Sr. Deputado Paulo Affonso Alves de Camargo, 1.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Excelentíssimo Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, 2.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional, executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado. (É executado o Hino Nacional).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Solicito do Sr. 1.º Secretário a leitura dos termos do Diploma de "Cidadão Benemérito do Paraná", com que foi agraciado o Sr. Desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva.

(O Sr. 1.º Secretário procede à leitura do Diploma.)

"REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TÍTULO DE CIDADANIA BENEMÉRITA

Os Poderes Constituídos do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei n.º 7595, de 24 de maio de 1982, conferem ao Excelentíssimo Senhor Desembargador ARIEL FERREIRA DO AMARAL E SILVA, o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, para o que mandaram expedir o presente Diploma.

Curitiba, 27 de outubro de 1982.

(aa) HELIANTHO GUIMARÃES CAMARGO

Presidente do Tribunal de Justiça

JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado do Paraná

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa"

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Tenho a honra de solicitar do Excelentíssimo Sr. Dr. José Hosken de Novaes, DD. Governador do Estado, que faça a entrega ao Sr. Desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva, do Diploma de "Cidadão Benemérito do Paraná".

O SR. GOVERNADOR — (Faz a entrega).

O SR. PRESIDENTE — Tenho a honra de conceder a palavra ao Sr. Deputado Wilson Fortes, para saudar, em nome do Poder Legislativo, o Sr. Desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva.

O SR. WILSON FORTES — Excelentíssimo Sr. Deputado João Mansur, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Excelentíssimo Sr. José Hosken de Novaes, Governador do Paraná; Excelentíssimo Sr. Desembargador Alceu Machado, Presidente (em exercício) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Excelentíssimo Sr. Desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva, Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, Excelentíssimo Sr. Tenente-Coronel Luiz Ferreira Gomes Molinari, representante de Sua Excelência o Sr. Brigadeiro do Ar, João Felipe Brack, Comandante da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, Excelentíssimo Sr. Professor Roberto Linhares da Costa, representante de Sua Excelência o Sr. Professor Alcy Ramalho, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Excelentíssimo Sr. Deputado Paulo Affonso Alves de Camargo, 1.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Excelentíssimo Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, 2.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Senhores Deputados, demais Autoridades presentes, meus Senhores, Minhas Senhoras. (Lê).

"Na obra de justiça o homem tira de um que possui para dar a outro que é o dono".

Na obra da caridade o homem tira de si próprio para dar a

outro que não tem.

Mas a obra da justiça se opõe a obra de caridade? Não.

Se fizerdes contra o rico uma injustiça a título de caridade para com o pobre, dareis a este o que não vos pertence. Mas, se fizerdes caridade, a título de justiça, considerando que o pobre tem direito a vossa proteção e que tendes obrigação correlata de o socorrer com as vossas sobras, praticais verdadeiramente obra de justiça conforme a vossa consciência."

Com estas palavras que constituem um legado monumental do inesquecível Desembargador CLOTÁRIO PORTUGAL, tenho a honra de saudar o ilustre homenageado de hoje, Desembargador ARIEL FERREIRA DO AMARAL E SILVA, o mais recente "Cidadão Benemérito do Paraná".

Coube a mim a incumbência de apresentar o projeto de lei concedendo-lhe tal honraria. Pesei a responsabilidade da elevada missão, cõscio que vozes mais autorizadas desta Casa de Leis, a desempenhariam com maior brilhantismo e êxito.

Confio porém, que a sinceridade das minhas palavras traduzirão a homenagem que se lhe presta no momento ímpar e marcante de sua vida, cujos méritos são reconhecidos por este ato.

Diferenciando-se daqueles que adquirem as palavras da lei, mas não compreendem o seu espírito, o jovem ARIEL AMARAL E SILVA bacharelou-se em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná — turma de 1935. Suas atividades profissionais, ainda acadêmico de Direito, iniciaram em 1932, como Promotor Público, do então Termo de Araucária exercendo também, como solicitador acadêmico, a advocacia, no mesmo Termo judiciário. Na mesma época desempenhou as funções de Inspetor de Ensino.

Acreditando firmemente que a Democracia concede a todos os homens livres a mesma oportunidade e que é condição indispensável para a consagração do Império do Direito, a liberdade para legislar, a liberdade para advogar e a liberdade para julgar, desde cedo sua verdadeira vocação definiu-se, talvez em razão de que, corria-lhe nas veias o sangue do jurista emérito que fora seu pai, o saudoso Desembargador OCTÁVIO FRANCISCO DO AMARAL E SILVA.

Assim é que a 21 de fevereiro de 1936, iniciou sua brilhante trajetória de magistrado como Juiz Municipal do Termo de Colombo, onde permaneceu até 1938, quando foi removido para Araucária, Comarca onde dera os primeiros passos de sua vida como jurista. Por feliz coincidência, exatamente para a Comarca de Araucária, foi o Doutor ARIEL FERREIRA DO AMARAL E SILVA, nomeado em 1940 Juiz de Direito, após brilhante concurso, realizado perante o Tribunal de Apelação — onde obteve o primeiro lugar.

Nesta época atendeu também as Comarcas de Campo Largo, São José dos Pinhais e Curitiba em caráter de substituição.

No ano de 1941, foi nomeado para exercer o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Clevelândia, onde permaneceu até ser promovido para a Comarca de Santo Antônio da Platina, em 1942.

Em Santo Antônio da Platina, outra vocação em seu estado latente emergiu — o magistério, arrebadora missão também herdada de seu mais querido mestre: o seu pai.

Como professor, juntamente com outras autoridades locais, fundou nesta Comarca o Colégio Estadual Rio Branco, onde, mercê de suas inegáveis qualidades, lecionou as cadeiras de latim, o português, sendo também Diretor do Estabelecimento.

Identificando-se com o lema "Dar de si, antes de pensar em si", foi um dos fundadores do Rotary Club Platinense. Sua carreira em Santo Antônio da Platina estendeu-se por 13 anos.

Os anos esparramavam-se no tempo, porém as ondas inexoráveis do esquecimento não atingiram as praias do carinho e

da admiração que o jovem Magistrado nutria por Santo Antônio da Platina, a quem apelidara de torrão abençoado — que lhe dera o filho varão — depois de cinco filhas.

A 1.º de novembro de 1955, foi promovido para a Capital, ocupando o cargo de Juiz de Direito da 1.ª Vara Criminal e Presidente do Tribunal do Júri até 1958, quando passou a exercer o cargo de Juiz de Direito da Vara de Família, Casamentos e Registros Públicos, funções que desempenhou com a autoridade própria daqueles que sempre se constituíram em pais prestimosos e maridos exemplares.

O Magistério, contudo, continuava a ser uma grande aspiração de vida. Em Curitiba, lecionou latim e Organização Social e Política do Brasil no Colégio Estadual do Paraná. Foi um dos fundadores da Universidade Católica onde ocupou por longos anos a Cátedra de Direito Romano na Faculdade de Direito da aludida Universidade. Parainfo da Turma de 1978, suas palavras até hoje ecoam no Salão Nobre da Universidade, em razão da realidade e destemor nelas contidos.

Reto, pobre, sereno, compreensivo, humano, inteiramente destituído de competições pessoais, Magistrado por vocação, nosso homenageado, em decorrência de nomeação pelo critério de merecimento, atingiu o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado em 13 de agosto de 1958, onde viria a se tornar um de seus mais empreendedores Presidentes.

No Tribunal sucederam-se os anos na caminhada do Desembargador:

Membro da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, Regimento Interno e Procedimento e do Conselho Superior da Magistratura.

Eleito primeiro Vice-Presidente para o biênio 1975/1976.

A 17 de dezembro de 1976, como candidato único, foi eleito Presidente do Tribunal com mandato para o biênio 1977/1978.

Se o culto do Direito e a devoção pela justiça podem figurar como capítulos de relevo nas páginas de sua atuação na vida pública, como Presidente do Tribunal de Justiça apresentou-se mais uma faceta desse homem ilustre — a de um grande administrador.

Face à obediência rigorosa de sua meta principal — o cumprimento do Código de Organização e Divisão Judiciárias vigente — prestou à Justiça do Paraná, o seu maior preito: a instalação das quinze Comarcas criadas pelo referido Código, a instalação de 18 varas em diversas Comarcas do interior e 17 Varas na Capital do Estado.

No Tribunal de Alçada, procedeu à instalação da 2.ª Câmara Cível.

Dotou o Paraná de um aparelhamento mais condigno à prestação jurisdicional, inaugurando e concluindo muitos Fóruns no interior do Estado, promovendo e presidindo vários concursos para os cargos de Juiz de Direito e de Juiz Substituto.

Preocupado com a parte administrativa do Tribunal deu amplo apoio ao funcionalismo, valorizando, em especial, a condição do bacharel em direito, com a criação da carreira de Assistente Jurídico, atribuindo-lhe vencimentos compatíveis com a importância das funções.

Honrando as mais caras tradições de família, retratadas em termos de cultura, de dignidade, de austeridade e de trabalho, o Desembargador ARIEL AMARAL E SILVA, recebeu em contra partida a gratidão do povo paranaense que, lhe ofertou os títulos de Cidadania Honorária dos seguintes Municípios: Santo Antônio da Platina, Londrina, Altônia, São Miguel do Iguaçu, São José dos Pinhais, Palmas, Araucária, Terra Roxa do Oeste, Realeza, Barracão, São João do Ivaí, Barbosa Ferraz, Goioerê, Assis Chateaubriand, Umuarama, Rio Branco, Palmital, Grandes Rios, Pérola, Colombo.

Além dessas distinções, não é demais lembrar que nosso homenageado, foi merecedor também da Cidadania Benemérita

de Pérola e Cidade Gaúcha, Vulto Emérito de Curitiba, assim como sócio honorário da Associação dos Servidores Públicos do Paraná.

Acreditando nas palavras de Rui Barbosa, de que "a Justiça é o sustentáculo do regime democrático, e que a existência das repúblicas se mede pela existência da Justiça" o preclaro Desembargador ARIEL AMARAL, em março de 1979, deixou a Presidência do Tribunal de Justiça, aposentando-se após 47 anos dedicados por profunda vocação, à causa do Poder Judiciário.

Mas a figura do "Juiz imaculado" no dizer de Francisco Brito de Lacerda, ao saudá-lo como dirigente máximo do Poder Judiciário, do juiz sereno, firme, íntegro, inteligente, honesto e de vida exemplar, não poderia se afastar da Justiça. Assim é que em junho de 1981, o Doutor ARIEL FERREIRA DO AMARAL E SILVA, depois de completar 70 anos, inscreveu-se na Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná, sob n.º 9433, para benemeritamente emprestar sua experiência e sabedoria de homem dedicado às leis, àqueles que delas precisam.

Casado com Dona Cecília Judith Prohmann Ferreira do Amaral, grande companheira de seu sucesso, nosso ilustre Desembargador é pai de Lia Maria, Lígia Maria, Elisa Maria, Judith Maria, Cecília Maria e Ariel Filho.

Se é verdadeira a afirmação de que todo homem constrói sua própria biografia é o artesão de suas vitórias, também não é menos verdadeira a afirmação que ora faço diante do Povo do Paraná, aqui representado neste Plenário:

VOSSA EXCELENCIA, SENHOR DESEMBARGADOR ARIEL FERREIRA DO AMARAL E SILVA, CONSTRUIU UMA BELA EXISTÊNCIA!"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — É com muita satisfação que concedo a palavra ao Desembargador Ariel Ferreira do Amaral e Silva, nosso ilustre Cidadão Honorário Paranaense.

O SR. ARIEL FERREIRA DO AMARAL E SILVA — Excelentíssimo Senhor Deputado João Mansur, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor José Hosken de Novaes, Governador do Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor Desembargador Alceu Machado, Presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor Tenente Coronel Luiz Ferreira Gomes Mulinari, representante de Sua Excelência o Senhor Brigadeiro do Ar, João Felipe Brack, Comandante da Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, Excelentíssimo Senhor Professor Roberto Linhares da Cota e representante de Sua Excelência o Senhor Professor Alcyr Ramalho, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Excelentíssimo Senhor Deputado Paulo Affonso Alves de Camargo, Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Meus Senhores, minhas Senhoras, meus Amigos. (Lê):

"É com a mais profunda emoção que compareço a este Palácio 19 de Dezembro, para receber o Título de "CIDADÃO BENEMÉRITO do Estado do Paraná".

Emoção, sim porque entrevejo em tão elevada honraria - sobretudo um gesto de solidariedade, qual simbolização do ideal crítico de fraternidade universal, que partiu de um cidadão cuja origem de "Bandeirante", e como homem do povo, acrisola em seu coração a bondade, ao impor a seus pares, sobretudo, um ato generoso e para mim sumamente comovedor. Refiro-me ao Deputado WILSON FORTES.

Honrado e agradecido, sou compelido a proceder a uma retrospectiva de minha vida, onde me ponho a vasculhar os eventuais méritos que me possam haver credenciado a ser depositário do carinho de todo um Estado, aqui dignamente representando. — E, honestamente, não mais vislumbro nesta auto-avaliação do que o empenho constante de haver purificado

dentro em mim, com vigor inamovível, os preceitos de respeito à vida, fidelidade ao dever e culto ao trabalho, princípios sobre os quais venho edificando minha jornada de homem comum, tanto no desempenho de meus papéis familiares ora como filho, irmão, ora como marido, pai, avô ou bisavô, quanto na leal assunção de meu panorama profissional de Promotor Público, Magistrado, Professor e agora de Advogado, aos quais me identifiquei por vocação legítima, - só tenho buscado pautar meu viver cotidiano por aquelas virtudes que muito cedo tomei como lema e paradigma, por modo que fosse possível, no lar, ser capaz de compreensão tolerante e amor construtivo e, no foro habilitar-me a interpretar a Lei e a defender o Direito sem excessivo rigor ou sem ânimo meramente repressor, por quanto creio, firmemente em que a Justiça para ser justa, não pode prescindir nas luzes do bom senso, do roteiro do humanismo e da inspiração da caridade.

Entretanto, se no decurso de meus setenta e um anos de vida, quase cinqüenta devotados à judicatura do meu Estado, tenho reforçado em mim tais convicções, e agido na conformidade delas, fí-lo impulsionado pela formação moral que hauri já no berço, e mercê do saudoso contato com os abnegados corações que Deus destinou por pais e preceptores o saudoso Des. Octávio Ferreira do Amaral e D. Elisa Almeida do Amaral - cuja lucidez é invejável aos 98 anos de vida, sem contudo jamais visar reconhecimento público e sem nunca haver suposto que um dia o nobre povo da minha terra, aqui representado, se dispusesse a consagrar minha faina despresticiosa de homem da Lei, com o esplêndido tributo que ora me rende.

Sr. Presidente, Senhoras, Senhores.

Eu poderia encerrar aqui humildemente o meu agradecimento, entretanto como ainda sinto ânimo para lutar em defesa da Verdade, do Direito e da Justiça — bens escassos cuja demanda sempre superará a oferta - prosseguirei na mais alta forma de virtude: a firme determinação de ser útil.

A esta altura a palavra COMBATE, como já dissemos alhures, é uma das que mais acodem aos lábios de nossos contemporâneos. Uns a aclamam, outros a maldizem.

É impossível suprimir o combate!

A vida é luta constante. Enquanto ela durar, durará também o combate. Não há fugir daí.

Aconselharemos-nos a não combater é levarem-nos a ceder a tudo e a declarar que a vida é má. Dizer que o combate se faz pela vida e entender por isto a existência material, é afirmar "Ipso Fato" que a vida é o bem supremo. Ora, isso pode ser exato para a animalidade: para ela o grande mal é perecer - o grande bem é conservar-se! Mas, para o homem o bem supremo não é a vida. Senão, como explicar que os melhores dos homens sejam precisamente os que sacrificam as suas vidas a bens que para eles tem mais valor que a própria vida?

— Como explicar que haja para todo homem, circunstância em que é covardia apegar-se à vida?

— Como explicar que, para a Humanidade, o temor exagerado à morte, seja uma fonte de servidão e aviltamento?

— Como explicar o respeito do forte pelo fraco - esta a base de todo o espírito moderno?

— Como explicar o ódio invencível da parte mais nobre da humanidade, contra a violência, a tirania ou espoliação? Estes fatos não se destroem!

Em face deles não é possível dizer que a Lei da Humanidade seja combate inferior e brutal, pela existência material, que uma observação incompleta fez tomar como sendo a parte essencial do drama da História.

A luta suprema de um ser, trava-se pelo seu bem supremo e, para o homem o bem supremo não é a vida: é a JUSTIÇA! Que Domitius Ulpianus já revelara como o "complexo harmônico de todas as virtudes".

Assim, o grande e bom combate é o combate pela Justiça. Todo outro não é mais que uma imagem imperfeita deste.

Sr. Presidente, Senhoras, Senhores.

Com esse espírito de luta, vem a mente a mensagem...

Que na atualidade não faltasse trabalho e vontade de trabalhar, alimentação e habitação para todos.

Que houvesse ordem sem desordem, sem ditadura.

Que todos respirassem liberdade sem evidenciar licenciosidade.

Que não estivesse ausente a nenhum homem a Justiça e que todos os Regimes Políticos fossem assentados na força do Direito e não no direito da força.

Que todos os homens fossem iguais e que nenhum estivesse tão alto para ser adorado, nenhum estivesse em situação tão precária para ser repudiado.

Que entre o homem e a mulher houvesse igualdade, e a criança fosse realmente respeitada como futuro da Humanidade.

Que o velho representasse o amor, trabalho e dignidade.

Que todos, enfim, pudessem viver como homens livres.

Que existisse a possibilidade de ir, vir, permanecer, ficar, com perfeita consciência de ser, e a cada homem a condição de conhecer a si mesmo - afirmando a cada manhã - "Nocet Ipsum".

Que a educação não fosse privilégio de minorias, e houvesse paz social.

Que todos os homens lutassem com um sentido de fraternidade humana.

Que houvesse consciência crítica do passado, presente e futuro.

Que as Nações ricas ajudassem as pobres, sem o império do colonialismo econômico.

Que um homem representasse a Humanidade toda.

Que todos tivessem consciência evolutiva espiritual. Que não houvesse guerras, massacres - porém paz, muita paz...

Que não se repita mais o que foi dito: "O Poder Judiciário se curvou servilmente, ante o capricho do Poder Executivo, saindo desse episódio triste com uma carga de desmoralização que torna quase nula a sua credibilidade como um Poder que deveria ser independente..."

Impõe-se um contínuo aperfeiçoamento das instituições amparado no equilíbrio entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, cujas prerrogativas, direitos e atribuições devem manter-se dentro de um clima de independência, respeito e de harmonia - tudo como suporte da DEMOCRACIA.

Sr. Presidente, Senhoras, Senhores.

Como Magistrado jubilado concito a todos a combater o "síndrome da aposentadoria" com a arma do trabalho.

Feliz daquele que ao levantar tem algo a fazer - seja lavar a terra sentindo o "cheiro" da Justiça; traçar algumas linhas em defesa de alguém injustiçado como aquele que, ao ser crucificado sofreu o maior erro judiciário praticado pelo homem.

Só assim passamos por esta vida como homens vivos e não - como disse um humilde servidor - como vivos mortos...

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores.

Ao finalizar estas palavras, novamente agradeço aos nobres Deputados paranaenses e em especial ao Deputado Wilson Fortes - autor do projeto que me concedeu a excelsa honraria a de "CIDADÃO BENEMÉRITO DO ESTADO DO PARANÁ".

Agradeço, também ao nobre amigo Governador JOSÉ HOSKEN DE NOVAES, que converteu em Lei o referido projeto.

Por outro lado, quero agradecer com muito carinho a presença de todos os amigos que aqui vieram prestigiar esta solenidade".

E especialmente àqueles que vieram de comrcas longínquas algumas delas haja recebido o Título de Cidadão Benemérito e Título de Cidadania, honrarias que até hoje guardo profundamente no coração, sendo que de uma delas jamais esquecerei as seguintes frases: "Você é o filho bem amado". Disse. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Solicito da Comissão anteriormente designada que acompanhem Sua Excelência o Sr. Dr. José Hosken de Novaes, Governador do Estado, durante a sua permanência no Palácio 19 de Dezembro, bem como o ilustre homenageado, Cidadão do Paraná, ao Salão Nobre desta Casa, onde receberá cumprimentos.

Antes do encerramento, desejo consignar os agradecimentos da Assembléia Legislativa, às ilustres autoridades civis e militares e eclesiásticas, e demais pessoas presentes, pelo honroso prestigiamento que concederam a esta solenidade, que declaro encerrada após a execução do Hino do Paraná, pela Banda de Música da Polícia Militar do nosso Estado.

(É executado o Hino do Paraná).

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA
BALANCETE
MÊS DE JULHO DE 1982

ATIVO	PASSIVO
DISPONÍVEL	PATRIMÔNIO
Caixa 200.000,00	Patrimônio Líquido 102.829.247,01
Bco. Estado Pr. Ag. Cívico 4.179.913,78	
Bco. Estado Pr. Ag. Muricy 100,00	RECEITAS
Bco. Estado do Pr.-Poupança 136.059.883,82	Renda de Contribuições 12.255.984,94
Cx. Econômica Federal - Poupança 26.783.776,83	Renda de Juros e C. Monetária 81.605.425,84
	93.861.410,78
REALIZÁVEL	
Empréstimos Concedidos 18.833.841,63	
IMOBILIZADO	
Móveis e Utensílios 30.100,00	
DESPESAS	
Material de Consumo 22.091,08	
Serviços de Terceiros 144.532,00	
Inativos 10.293.436,00	
Seguros 52.332,00	
Despesas Bancárias 90.650,65	
10.603.041,73	
TOTAL 196.690.657,79	TOTAL 196.690.657,79
Reconhecemos a exatidão do presente balancete que soma a importância de Cr\$ 196.690.657,79 (cento e noventa e seis milhões, seiscentos e noventa mil, seiscentos e cinquenta e sete cruzeiros e setenta e nove centavos).	

VICENTE PASCHOAL RODACKI ANTÔNIO FACCI TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA
Contador CRC-PR - 6635 Presidente Tesoureiro